

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire



Em defesa de uma reorganização da Secretaria Municipal de Educação

10.11.1990

O objetivo deste documento é substituir "in totum" o documento com o título acima enviado ao CONAE em meados de abril/90. Tal procedimento se deve porque nas discussões com os companheiros naquele colegiado verificou-se / que o mesmo continha algumas imprecisões. Assim, se esgotadas as discussões internas nas instâncias de nossa Secretaria enviá-lo-emos às instâncias do Partido e para conhecimento da Senhora Prefeita, companheira Luíza Erundina. Este documento pretende fazer uma análise e avaliação e ao mesmo tempo apresentar propostas - que diga-se já foram apresentadas ao Colegiado Intermediário.

- a. Nós enquanto fundadores do PT e CUT, queremos levar inicialmente até as instâncias da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo nossas preocupações com o andamento da Secretaria;
- b. Quando apoiamos em 1988 a companheira Luíza Erundina, internamente no / partido em contraposição à outra candidatura, assim o fizemos porque entendíamos que ela simbolizava as mudanças que nós e a população de São Paulo gostaríamos de ver acontecer: "Quebrar o que aí está", mesmo considerando as dificuldades e os limites da Prefeitura como parte do Estado Burguês;
- c. Desde o início temos observado um cerco da direita à nossa administração e não seria diferente, no entanto, apesar dos alertas, os órgãos intermediários e central de SME não tem dado atenção a este fato;
- d. É do conhecimento público que centenas de trabalhadores em educação do Município, desde o diretor ao vigia da escola, do professor efetivo ao professor substituto, não recebem nem seu justo salário pelo que trabalham, aliado a isto, temos funcionários sem receber RTC, 1/3 de férias, 13º salário e os milhares de professores que ainda não recebem adicional noturno, direito legal e pago aos professores estaduais "até pelo Quêrcia" e os 13.000 professores comissionados que são tratados por SME da mesma maneira como o foram nas administrações anteriores.

É dentro deste quadro, companheiros e fazendo a nossa avaliação, inclusive juntando propostas que queremos elaborar esse documento.

1. Dá a importância que a administração democrático-popular de São Paulo representa para o Partido dos Trabalhadores e para a política do Brasil como um todo. A importância do professor Paulo Freire sabidamente uma / pessoa reconhecida como Educador.

Dito isto, achamos que o Senhor Secretário da Educação não tem estado à frente da Secretaria com a frequência que achamos necessária, isto se deve basicamente aos compromissos já assumidos anteriormente e que vem assumindo com outras regiões do Brasil e com outros países. Achamos importante sua participação nesses eventos, mas achamos também que isto tem um custo político para a administração democrático-popular de São Paulo que precisa nos avaliar, especialmente na Rede Municipal de Ensino, onde a história de rede, onde desde sua criação, imperou o clientelismo, com raras

exceções, o que levou a uma série de vícios que naturalmente temos que corrigir, o que torna mais difícil nossa tarefa.

Além disso têm ocorrido alguns fatos em relação ao Senhor Secretário da Educação, com os quais não concordamos e gostaríamos de relatar:

- A questão da descentralização, ^{LUTE} a nosso ver, não tem sido tratada pela Secretaria com a relevância que o tema merece. Haja visto que até hoje não temos uma proposta nossa para ser levada ao fórum do secretariado. Esta situação é ruim pois na reunião do Secretariado sobre o assunto o Senhor Secretário naturalmente não tem o que dizer;
- Ligada à questão da descentralização vem os NRP's. Até hoje a Secretaria nunca reuniu formalmente o coletivo dos NRP's para discutir e socializar suas experiências. A única vez que isto aconteceu foi quando do corte brusco que houve no orçamento/90 e aí fomos chamados para ver o que se podia fazer, mas, mesmo a decisão de se construir 43 EMEI's e nenhuma EMPG (o que discordamos) foi uma decisão de Gabinete;
- O Senhor Secretário da Educação tem tido a prática de falar durante tempo prolongado e ao final da fala não possibilitar o debate (isto aconteceu / várias vezes em plenárias populares e pedagógicas);
- O Senhor Secretário tem saído em meio a plenárias como aconteceu recentemente no Centro Cultural São Paulo/vergueiro sem dar nenhuma explicação (inclusive provocando uma correria por parte de representantes de bairros que queriam entregar-lhe pessoalmente suas reivindicações).

2. Outro aspecto que gostaríamos de colocar é a falta de autoridade política dos coordenadores de NAE's junto à Rede, principalmente junto aos diretores, o que precisamos reconhecer formam uma verdadeira corporação, uma verdadeira administração paralela, porém, aí também a Secretaria, até agora, não fez praticamente nada no sentido de remover o entulho autoritário representado por um cipóal de leis, decretos, portarias, cuja expressão máxima é a 8989, o que nos dificulta sobremaneira uma ação democrática no interior da Rede. No entanto, estes obstáculos não minimizam a nossa responsabilidade no sentido de ordenar minimamente nossa ação. Hoje o que vemos é uma verdadeira desorientação, com determinados diretores de escola fazendo e desfazendo em suas unidades, inclusive, o que é grave, desrespeitando de forma acintosa nossas orientações, até em aspectos elementares, como aconteceu recentemente na campanha pela eleição do conselho de escola, após cronograma de reuniões por pequenos grupos de escolas houve vários casos de boicote total na distribuição das convocações confeccionadas pelo NAE (no caso NAE/4), além do não cumprimento das orientações de caráter pedagógico (exemplo, problematização com os alunos no período de 5 a 14 de março) e pelos antecedentes, sabemos, nenhuma atitude será tomada em relação a estes fatos, com o que não concordamos.

Queríamos lembrar que enquanto CAC's - Coordenadores de Atividades Culturais, conhecemos bem as artimanhas usadas na rede no sentido de burlar a legislação ou usá-la conforme seus interesses.

Achamos que a CONAE, juntamente com os NAE's devesse tirar linhas gerais de ação, no conjunto, no entanto, o que vemos é o "Laissez Faire" de cada

NAE, cada um trabalhando conforme suas concepções, (inclusive com alguns / exemplos estranhos como a nomeação do Sr. Vivaldo como coordenador dos / cursos de formação de diretores pelo professor Tozzi) cada um trabalhando conforme suas concepções com o argumento de correção de forças desfavorável, o que nos parece um absurdo, pois entendemos que temos a legitimidade das urnas para administrar a cidade como um todo e não por partes e o que é pior e que nos desanima é que não vemos perspectiva de reverter / esse quadro a continuar essa política fraccionada.

3. Outro aspecto que nos preocupa, na medida que, no mínimo, dificulta a discussão sobre descentralização com outras secretarias, é o documento "Programa Integrado de Manutenção Esdolar", o qual reforça a tendência de centralização quando transfere para a Secretaria da Educação uma série de encargos sobre manutenção, sem que tenha havido discussão nos fóruns de nossa Secretaria

4. A QUESTÃO DA DEMANDA - A SME deve se posicionar publicamente dizendo que tem 654 escolas, que pode atender a um determinado número de vagas e ter uma ação política de massas, colocando esta situação inclusive de sua impossibilidade de construir mais escolas, e mais do que isso: da também competência do Estado na garantia do ensino de 1º grau. Não é esta a ação que / SME tem tido. Ao contrário, nossa administração está sendo alvo de grande pressão popular no atendimento da demanda escolar: ou porque setores da população não podem manter seus filhos nas escolas particulares ou porque outros identificam nas escolas municipais uma melhor qualidade de ensino / em relação às escolas estaduais. Assim, foi no mínimo ingenuidade de SME ter feito um acordo com o governo Quêrcia, quando este se propunha a construir salas de madeirite em prédios municipais. Hoje, 5 meses depois, não foi construída uma sala sequer na região oeste da Capital. Só na EMPG. / Brigadeiro Henrique Fontenelle no Jaraguá, existem 420 crianças numa lista de espera para estudar. Este é apenas um exemplo, mas, sabemos que existem milhares de crianças fora da escola, que permanecerão fora, com a decisão de SME de não construir EMPG.

Para ficar mais grave ainda a SME - diga-se Gabinete, definiu que em / 1990 deverá construir 43 EMEI's, e nenhuma EMPG. Onde estão as demandas / originárias dos NRP's?

Em um momento de desespero, o NAE/4 teve que aceitar a construção de / uma EMEI para depois ser utilizada como EMPG, por uma comunidade onde a demanda é de 1ª a 8ª série?! Pasmem! Mas é uma realidade. Usar este tipo de prática na administração petista, só porque alguns técnicos decidiram / que este ano não se constrói EMPG.

5. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA - GDE - Nós que realizamos 38 reuniões / com aproximadamente 2.600 pais, funcionários, ... nas 95 escolas da região, temos observado que apesar da secretaria ter definido os Conselhos de Escola como uma das prioridades, como é precário a infraestrutura para podermos levar em frente esta tarefa. É preciso dizer que sem uma ação mais decidida da secretaria, esta meta não será alcançada, pois "prioridade sem recursos, não é prioridade". E mais do que isso: ao estimularmos a participação da comunidade nos conselhos, no mínimo a SME, através dos NAE's, deve respaldar as decisões destes conselhos. Não é o que ocorrendo em alguns

NAE's, onde os conselhos deliberam, e por vezes contrariamente aos interesses de certos diretores, estes não encaminham as deliberações.

Consideramos a Gestão Democrática da Escola uma prioridade na construção da Escola Pública democrática e popular. Entretanto, não se alcança uma meta com discursos cheios de boa intenção. Por isso propomos:

- a. Discutir com o conjunto da secretaria o que significa a GDE, afim de esclarecer e municiar de informações os órgãos intermediários para defenderem unitariamente na rede esta proposta;
- b. Se SME considera a GDE uma meta, tem que estruturar os NAE's para esta tarefa, com recursos materiais e humanos;
- c. Fazer com que os NAE's assumam efetivamente esta meta, tendo claro que a GDE retrata uma disputa ideológica entre aqueles que querem construir a Escola Pública e Democrática e Popular e o setor da rede que reage às estas mudanças. Neste sentido é fundamental:
 - Que a disputa se de "por baixo": esclarecendo e estimulando a comunidade escolar a participarem dos Conselhos de Escola;
 - "por cima" que os NAE's demonstre autoridade política e mesmo legal, se for o caso, enquanto organismo intermediário de SME, garantindo deliberações dos conselhos. Não é o que ocorre hoje, temos vários exemplos para ilustrar;

6. AS CONDIÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - Nestas nossas andanças pelas escolas temos visto como a manutenção está precária. SME definiu / que reformaria todas escolas!

São muros caídos, limpeza geral da área livre por fazer, e até pasmem! goteiras (verdadeiras chuvas) em locais que antes não havia nada e que após a "passagem" de EDIF por estas escolas surgiram estes transtornos. E para complicar alguns administradores regionais não atendem serviços elementares necessários às escolas, porque no rol de atividades que SME delegou às AR's, não constam estas atividades. É comum, companheiros administradores regionais responder às escolas: "Não posso fazer isso porque SME definiu que nossa abrangência será apenas: poda de grama, limpeza de caixa d'água e limpeza das calçadas em torno do equipamento". Sobre a manutenção só para ilustrar com um único exemplo a EMPG Monteiro Lobato, em Pirituba, teve algumas salas de aula queimadas em janeiro de 1989 e até hoje continuam (16 meses depois) na mesma situação. E desta vez não dá para culpar / a administração anterior.

7. Sobre os corruptos - O Gabinete tem conhecimento que conhecidos corruptos ocupam cargos de confiança nesta administração. Deve levar estes casos, com urgência, ao Gabinete da Prefeita e exigir medidas que ponham fim a esta situação.

8. ROMPER COM A ADMINISTRATIVISMO E REESTRUTURAR AS EQUIPES DE TRABALHO NO NAE-4 - Como diz Paulo Freire: "... devemos ter autoridade, sem sermos autoritários, devemos ser democratas sem sermos democratistas..." Falta / autoridade política no NAE-4. O NAE deve interferir em escolas reunindo / pais, alunos, funcionários, quando se constata as irregularidades. Não é o

que acontece hoje. É um literato geral... conhecidos conservadores da rede /
que sabem sobre a ação do NAE. Porque sabem "nada vai lhes acontecer". Ou /
como se ouve nos corredores do NAE por alguns destes ilustres: "O curso de /
formação permanente é uma terapia que a administração petista nos oferece"

Estes "educadores" geralmente não são encontrados em suas unidades de /
trabalho, espantam crianças, "selecionam" alunos para matrículas, deixam /
crianças sem merenda, pois as vezes trancam a escola levando para casa as /
chaves de "sua unidade" e ninguém tem acesso às dependências da escola para /
atender os alunos. Não divulgam importantes informações para o conjunto dos /
funcionários e professores das escolas. Ao contrário: boicotam projetos de /
SME. O que o NAE fez no sentido de inibir e orientar as escolas durante a elab /
oração das famosas listas de material escolar? *autônoma*

Em um ano de elevada inflação e salários tão baixos, o NAE recebeu denún /
cias de inúmeros pais de abusos da confecção de listas de material escolar. /
Estes pais foram penalizados no mínimo duas vezes: ao receber as listas e /
terem que gastar dinheiro com material sem poder e ao denunciar ao NAE e es /
te não tomar nenhuma providência.

Internamente no NAE temos colocado insistentemente a questão da qualidade /
profissional de alguns elementos e a confiabilidade de outros. Conhecido ho /
je as limitações de alguns destes funcionários o NAE não teve autoridade pa /
ra proceder a volta destes à escola. Fomos até informados pelo gabinete de /
SME que no NAE/4 existe um "espião" da antiga administração e nenhuma provi /
dência foi tomada.

Sabemos que é a falta de vontade política que leva ao administrativismo. /
E consideramos que é uma dificuldade superar esta questão. Temos que fazê-lo /
sob pena de não passarmos de mal burocratas. Incidentes como a averiguação /
preliminar, que pode desembocar em processo administrativo, que o Professor /
Fidel está respondendo por autorizar o uso do carro oficial por um funcioná /
rio do NAE e motorista habilitado, prestar serviço de extrema urgência (ex- /
tregar as folhas de frequência em CONAE sob risco de comprometer o pagamento /
dos funcionários das 95 escolas) serve como exemplo de como parte do coleti /
vo do NAE está envolvido com a questão burocrática e sem disposição para /
tentar romper com este administrativismo.

PROPOSTAS - (observação: a numeração das propostas, em linhas gerais, segue /
a numeração do documento de avaliação).

1. Sobre o Professor Paulo Freire - Deve ser organizada sua participação nos /
eventos, ou por SME ou pelos NAE's, de forma que o plenário envolvido se /
ja informado de como se dará esta participação do secretário,

Levar para o Secretariado o posicionamento do conjunto da Secretaria no /
que diz respeito às questões fundamentais:

- 1.1 - Sobre descentralização - Com relação ao tema acima temos uma posição /
que explicitamos em várias reuniões. Dada a complexidade e tendo em /
vista que a questão está sendo discutida no interior da secretaria, /
achamos que essa discussão deva ser acelerada, quando as posições se /
tornarão mais claras. Em linhas gerais concordamos com a proposta que /
defende o NAE pedagógico e uma Secretaria que apesar de setorial, seja /
definida, com precisão, as atribuições e competências de cada secreta /
ria. Prazo: 30/6/90;

1.1. - Sobre os NAE's - Proposta: Uma coordenação efetiva dos NAE's por parte do g.âmeto, com reuniões periódicas para prestação de contas e avaliação. Prazo: imediato

2 e 5 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

a. Formação da Comissão Executiva do Conselho de Escola - Que os NAE's de forma conjunta e articulada, publiquem circulares no sentido de se criarem essas comissões, baseadas inclusive no Regimento Comum das Escolas.

Tarefa: Levantar todos problemas/necessidades da escola tentando solucionar esses problemas internamente e quando não for possível, ser o canal de negociação com o NAE:

Objetivo: Promover a Gestão Democrática da Escola. Prazo: Imediato.

b. Os Coordenadores de NAE devem realizar reuniões periódicas com: funcionários e professores das escolas (plenárias com boa representatividade):

Tarefa: esclarecer/informar/debater tudo o que SEM tem feito, prestando contas, discutindo como está funcionando cada escola: o CE/Grêmio/ a Comissão Executiva/a ação supervisora, trazer realmente o "sentimento das escolas" para dentro do NAE:

Objetivo: Implementar o GDE - Prazo: Imediato

c. Formar o Conselho de Representantes Regional - Este Conselho deverá ser formado a partir dos Conselhos de Escolas do NAE e deverá discutir e encaminhar os seguintes assuntos: Pedagógico/administrativo/políticos/funcionais(dentro dos limites da legislação). Funcionaria informalmente no 2º semestre/90 e seria formalizado via regimento para 91. Com reuniões periódicas para avaliar o desempenho das escolas da região/do NAE/ da SME. Formação de uma comissão executiva que irá sistematizar as reuniões e encaminhar as discussões;

4. SOBRE A DEMANDA:

a. Realizar um levantamento através de um censo, para aferir a demanda efetiva da cidade:

b. Assumir nosso potencial de atendimento desta demanda:

c. Negociar publicamente com o Governo do Estado nossa capacidade de atendimento da demanda;

d. Fazer uma campanha de massa divulgando como será atendida a demanda em 91: - via conselhos de escola/plenárias de Educação/outros instrumentos via NAE's; - Via rádio e TV:

Objetivo: demonstrar nossa transparência, motivar a população na defesa da Escola Pública/potencializar a energia da população na cobrança da escola pública de qualidade do Governo do Estado. Prazo: até outubro/90 - cumprir estas etapas.

6. MANUTENÇÃO:

10. a. mudar esta relação SME x AR's. Repassar a verba de manutenção de escola para as AR's;

b. condicionar a passagem desta verba à exoneração de corruptos que estão em SAR, que insistimos é grave: 11

c. Manter com EDIR apenas as grandes reformas. Prazo: até 30/06/90

7. SOBRE OS CORRUPITOS - No texto já está embutida a proposta:

8. ROMPER COM O ADMINISTRATIVISMO ...

a. Deflagrar o sistema de rodízio do coordenador de NAE; IMP.

Motivo: cumprir compromissos assumidos por ocasião da elaboração do plano de governo na "Casa Rosada". Propiciar a formação de quadros, permitindo que outros companheiros com melhor capacidade de elaboração e articulação política, dinamize a implementação da política educacional a nível do NAE. Prazo: Imediato;

b. Substituição dos atuais supervisores efetivos por supervisores nomeados;
Motivo: os mesmos não tem nenhum interesse em implementar a atual política educacional. Ao contrário, boicotam;

Mudança do enfoque da ação supervisora. A ação supervisora será feita pelos 3 supervisores nomeados já existentes e nomeação de mais um (vaga já existente). A ação supervisora se dará simultaneamente com supervisores nomeados, membros da equipe multidisciplinar e assessoria política.

c. Substituição de alguns elementos administrativos do NAE/4:

Motivo: falta de competência profissional e desconfiança política

Prazo: Imediato

d. Criação da equipe de apoio administrativo no NAE/4. Todos os esclarecimentos e orientações que as escolas necessitam, devem ser prestadas com competência e segurança por uma equipe. Atualmente as escolas recorrem ao CONAE/SME por falta de pessoas qualificadas para isto no NAE. Às vezes o NAE responde: "não podemos informar porque ainda não recebemos o DOM". Antes de ser publicada qualquer norma que modifique a rotina da escola o NAE deve ser avisado antecipadamente, para ser o polo irradiador das informações corretas e precisas de SME. Prazo: Imediato.

OUTRAS PROPOSTAS

9. Distribuição de Material: A distribuição de material deve ser um ato político e pedagógico e não um ato paternalista, nem tampouco uma arma que está sendo posta nas mãos dos conservadores, para dizer: "isto foi adquirido pela ARM". Nas reuniões que os NAE's realizarão periodicamente, escola receberá a população inclusive com boletins do que foi entregue nas escolas de um determinado NAE.

Motivo: Transparência. Estimular a população a cobrar das escolas aquilo que elas tem, às vezes "guardado a sete chaves". Esclarecer a população (no caso material didático/material de aluno carente) que esta medida visa minimizar os efeitos dos baixos salários que seus pais são vítimas;

Prazo: Imediato.

10. Transparência: - Que a SME baixe portaria no sentido de regulamentar (já existe lei sobre esta matéria) o horário de trabalho de seus funcionários. Cada Unidade de Trabalho deve afixar em pelo menos 2 locais públicos, bem visível, o horário de trabalho dos funcionários. SMS já adota esta prática. Prazo: Imediato.

11. QUESTÕES FUNCIONAIS:

a. Elaborar e mandar projeto de lei à Câmara concedendo Evolução Funcional aos professores comissionados. Ao mesmo tempo, modificar a forma de contratação do professor não efetivo e mudar esta denominação "comissionado".

Motivo: Corrigir uma injustiça de mais de uma década;

Objetivo: Estimular o trabalho destes professores, conquistá-lo para entre outras coisas, a discussão do GDE. Prazo: 30/6/90;

b. Elaborar e mandar projeto de lei à Câmara Municipal concedendo Adicional Noturno aos professores;

Motivo: corrigir injustiça e garantir um direito constitucional;

Objetivo: inúmeras vantagens; Prazo: 30/6/90;

c. Apresentar propsta de implementação de um piso profissional. Um salário mínimo do DIEESE por uma jornada de 20 horas/aula semanal;
Prazo: 30/6/90

d. Elaborar e mandar projeto de lei à Câmara acabando com a exigência da / hora atividade na escola . Quando houver necessidade do professor cumprir estas HA's na unidade (como em algumas EMEI's, onde se planeja reuniões pedagógicas durante o tempo que um grupo de professores realizam HA's) o diretor convoca-os para este fim; Prazo: Imediato - até o estatuto rede finir a jornada;

12. Publicar no DOM resolução do colegiado central ampliado de 15/12/89 referendo aos cargos de AD's e demais cargos eletivos pelo Conselho;

Motivo: cumprir resolução do Colegiado;

Objetivo: ajuda implementar a GDE na escola. Prazo: Imediato;

13. Completar o quadro de operacionais nas escolas até 30/7/90 (contratar / em caráter de urgência, conforme disposição constitucional);

14. Enviar projeto de lei à Câmara criando cargos de operacionais e administrativos; Prazo: 30/6/90;

15. Que haja uma reunião na primeira semana de julho com todo o coletivo da Secretaria para que possamos fazer uma avaliação do nosso trabalho. Que esta reunião tenha a participação de todos os companheiros que ocupam / cargos de confiança;

16. Que as reuniões do Colegiado Intermediário tenham suas pautas antecipadamente definidas e além do Coordenador do NAE, deva participar pelo menos um assessor eleito nas reuniões de 3^{as} feiras, conforme o(s) assunto(s) discutido(s). E que o direito de voto do coordenador esteja subordinado a realização destas reuniões. Prazo: Imediato.

17. Que a discussão sobre o Regimento Comum das Escolas tenha o mesmo "status" da discussão sobre o Estatuto do Magistério e que esta discussão / seja acelerada. Que seja criado um grupo de trabalho. Prazo: Imediato.

São Paulo, maio de 1990.-

Prof. Bonfim

Prof. Fidel

fazendo ao documento:

Este documento foi discutido com os companheiros abaixo, os quais concordam com os seus aspectos básicos:

Jair Ghion - NAE-1; Antonio Celso - NAE-1; Rubens B. de Camargo - NAE-3; Márcia F. Elias Trezza - NAE-5; Regina Célia P. Lian(Reca) - NAE-5; Manoel da Hora (Mané) - NAE-10; Júlio Cesar Zorzenon Costa (discorda do contido no item 2 sobre os coordenadores de NAE) - NAE-8.